

A Geografia no 1º ciclo do ensino fundamental em escolas públicas: Um olhar a partir da representação de agentes educacionais do Recife.

Ana Paula Bastos de Lima¹
Maria Betiane da Silva Ramos²
Vantuil Barroso Filho³

*“Um passo à frente, e você já não está mais no mesmo lugar.”
(Chico Science).*

O artigo discute a situação da Geografia evidenciada pelos agentes educacionais, aborda questões relativas a *definição* dos mesmos sobre a Geografia, *importância* do seu ensino, sua *posição* na distribuição dos componentes curriculares em sala de aula, entre outros. Foram entrevistadas 09 professoras, 03 coordenadoras, 03 dirigentes em 03 escolas das RPAs (1, 3 e 4) e a gerente de ensino do 1º ciclo do Recife. Os resultados mostram que os agentes definem a Geografia como estudo do Espaço, que reconhecem sua importância para formação cidadã da criança mas que, incoerentemente, ela encontra-se na penúltima posição entre os componentes. Percebemos que essa situação está alicerçada no argumento da incapacidade das crianças de aprenderem a Geografia pelo fato delas ainda não saberem ler e escrever.

Palavras – chaves: Geografia. Leitura de mundo. Primeiro ciclo.

1. Introdução

*“A mente se desenvolve para refletir a realidade social”.
(Vygotsky).*

A verdadeira ação educativa necessita entre outras intenções, problematizar a realidade social em que o educando está inserido. Para isso, o cotidiano da sala de aula no que se refere à educação formal precisa contemplar as diversas áreas do conhecimento sem negligenciar nenhuma delas.

Originou-se o presente estudo a partir de observações de aula realizadas em escolas públicas da rede municipal do Recife, durante a realização das disciplinas de Pesquisa e Prática Pedagógica (PPPs)⁴, onde

¹ Concluinte do curso de Pedagogia – Centro de Educação - UFPE. anabelima@yahoo.com.br

² Concluinte do curso de Pedagogia – Centro de Educação - UFPE. mbsramos@yahoo.com.br

³ Professor do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino – Centro de Educação – UFPE.

⁴ Disciplina obrigatória de estágio curricular do curso de Pedagogia constituída em PPP (I, II, III, IV e V).

percebemos que no 1º ciclo do ensino fundamental (1º ano, 2º ano e 3º ano)⁵ o componente curricular Geografia, foi negligenciado em relação a Língua Portuguesa, Matemática e Ciências. Com a necessidade de ministrarmos aulas de Estudos Sociais na (PPPV)⁶, conversamos informalmente com algumas professoras regentes e efetivas das escolas campo de estágios e essas nos disseram que o conteúdo de Geografia era pouco trabalhado em sala de aula e que a prioridade era o ensino do Português e da Matemática o, que ao nosso entender, prejudica a leitura de mundo do educando por limitar o conhecimento apenas a algumas dimensões do ensino.

Supondo que a Geografia é um componente curricular negligenciado em relação aos demais (português, matemática e ciências), e que os agentes educacionais (professores, coordenadores, dirigentes e gerente de ensino) desconhecem o seu potencial para formar cidadãos competentes, não apenas na leitura da palavra e dos números, mas também na leitura do mundo, buscamos compreender a situação⁷ da Geografia evidenciada pelos professores, coordenadores pedagógicos, dirigentes escolares e gerente de ensino do 1º ciclo. Para tal, identificamos como os mesmos *definem* a Geografia, qual a *importância* atribuída por eles ao seu ensino no 1º ciclo, como distribuem os componentes curriculares em sala de aula e qual a *posição* da Geografia nessa distribuição, as possíveis *orientações* para essa organização, *documentos* mais utilizados no planejamento das aulas e as *atividades* desenvolvidas pelas escolas envolvendo esse conhecimento.

O estudo proposto é fundamental para que se possa compreender o que está acontecendo com a Geografia no 1º ciclo do ensino fundamental na escola pública, especialmente porque é a Geografia que possibilita ao educando a leitura do Espaço (por ser o Espaço seu objeto de estudo) e com isso a leitura do mundo da vida que se inicia formalmente no processo de alfabetização escolar. É nesse ciclo, que podemos encontrar uma maneira interessante de conhecer o mundo, de nos reconhecermos enquanto cidadãos e de sermos agentes atuantes na construção do espaço em que vivemos. Para isso, o papel

⁵ 1º ano equivalente à alfabetização, 2º ano equivalente à primeira série e 3º ano equivalente à segunda série.

⁶ Última disciplina de estágio do curso, onde o aluno de Pedagogia obrigatoriamente ministra aulas de Estudos Sociais (história e geografia) e Ciências nas escolas.

⁷ Segundo o Dicionário Larousse (2001): Situação sf...2. Maneira como um objeto ou pessoa está colocado em relação a outros; disposição, posição....

dos agentes educacionais é importante, pois suas concepções de mundo e de Geografia podem influenciar na formação cidadã das crianças.

2. Considerações em torno da Geografia

Todo mundo acredita que a geografia não passa de uma disciplina escolar e universitária, cuja função seria a de fornecer elementos de uma descrição de mundo, numa certa concepção “desinteressada” da cultura dita geral... (...) Uma disciplina maçante, mas antes de tudo simplória, pois, como qualquer um sabe, “em geografia nada há para entender, mas é preciso ter memória...” (LACOSTES, 1997, p. 21).

Historicamente, a Geografia manteve-se como uma ciência estratégica ao mesmo tempo em que desinteressante e desinteressada. Enquanto ciência estratégica ligada a práticas políticas e militares, restrita dessa forma aos aparelhos do Estado e de um Chefe Supremo, o conhecimento geográfico tornou-se compreensível a poucos, ou seja, apenas àqueles que detinham o poder.

Sua gênese teve origem nas discussões geográficas surgidas na Alemanha no século XIX. E foi nesse país, que a Geografia assumiu caráter mais sistematizado, pois o propósito da Alemanha, na época ainda denominada Prússia, era a conquista de territórios. Para tanto, a compreensão do espaço se fazia necessário. Seus principais expoentes da época foram: Alexander Humboldt, Karl Ritter e Frederic Ratzel.

É da Alemanha que aparecem os primeiros institutos e as primeiras cátedras dedicadas a esta disciplina; é de lá que vêm as primeiras teorias e as primeiras propostas metodológicas; enfim, é de lá que se formam as primeiras correntes deste pensamento. (MORAES, 1999, p. 42).

E foi devido a disputas entre França e Alemanha – guerra pela hegemonia, no controle continental da Europa na segunda metade do século XIX, que gerou a guerra franco-prussiana no ano de 1870, em que a Prússia saiu vencedora - que a França decidiu assumir o conhecimento geográfico passando a pensar o conhecimento acerca do espaço como algo necessário à expansão do seu território. Assim, ela desenvolveu a Geografia e a mesma passou a fazer parte do cronograma escolar desse país onde “Esta disciplina foi colocada em todas as séries do ensino básico, na reforma efetuada pela

Terceira República. Foram criadas, nessa época, as cátedras e os institutos de geografia (...) Tal interesse advém de conquistas da própria guerra.” (MORAES, 1999, p. 64).

Ao se apropriar do conhecimento geográfico, fundou a sua própria escola que teve por representante Paul Vidal de La Blanche, que apresentou a Geografia enquanto saber desinteressado e com discurso neutro e esta foi considerada no mundo inteiro, onde exerceu uma grande influência por sua orientação em direção “a geografia regional”, como pela despolitização do discurso que ela impunha, inclusive no Brasil na década de 40, onde exerceu forte influência.

Com o passar do tempo, a geografia apresentada por essa escola conhecida também por geografia tradicional, não mas atendeu as inúmeras transformações ocorridas no país e no mundo, pois o desenvolvimento do capitalismo, e conseqüentemente o avanço no campo industrial e da mecanização das atividades agrícolas fizeram com que houvesse uma articulação em uma rede de escala mundial, e “cada lugar deixou de explicar-se por si mesmo”. (PCN, 1997, p. 104).

Dessa forma, a geografia tradicional perdeu espaço, visto que a mesma não podia apreender e nem tão pouco explicar coerentemente a realidade, pois seus estudos apenas empíricos tornaram-se insuficientes, “era preciso realizar estudos voltados para a análise das relações mundiais, análises essas também de ordem econômica, social, política e ideológica” (PCN, 1997, p. 104).

É nesse contexto, que entre os anos 60 e 70, surgem e acirram-se as críticas à geografia tradicional, influenciadas pelas teorias marxistas, que abriram caminhos para novas discussões e uma renovação no pensamento geográfico.

Nesse movimento de renovação, encontram-se duas formas de posicionamentos políticos denominadas de Geografia Pragmática e Geografia Crítica. Cada uma com uma ideologia distinta. Mas, a Geografia Pragmática apenas dá continuidade à vertente tradicional e

...engaja a produção dessa disciplina no projeto de manutenção da realidade existente, sendo assim a vertente conservadora (...) representa uma das opções postas para quem faz geografia na atualidade... (MORAES, 1999, p. 111).

Em oposição à Geografia Tradicional e Pragmática, a Geografia Crítica tem a sua origem nos fins do século XIX, quando foi proposta pelo francês Elisée Reclus e pelo Russo Protr Kropotkin. Ela tem por fundamento o naturalismo histórico e a dialética Marxista. Os seguidores dessa corrente se preocupam com a realidade social pensando a Geografia enquanto arma de transformação social e a análise geográfica como um instrumento de libertação do ser humano. Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia salientam que “essa nova perspectiva considera que não basta explicar o mundo, é preciso transformá-lo”. (1997, p.105).

No Brasil, a Geografia sempre esteve atrelada à História e foi motivo de várias discussões especialmente durante o período da ditadura militar no qual essas duas disciplinas foram substituídas, na Lei nº 5692/71 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação - pela disciplina de Estudos Sociais. De acordo com os Parâmetros Curriculares

Os Estudos Sociais constituíram-se ao lado da Educação Moral e Cívica em fundamentos dos estudos históricos, mesclados por temas de Geografia centrados nos círculos concêntricos⁸. Com a substituição por Estudos Sociais, os conteúdos de História e Geografia foram esvaziados ou diluídos, ganhando contornos ideológicos de um ufanismo nacionalista destinado a justificar o projeto nacional organizado pelo governo militar implantado no país a partir de 1964. (1997, p. 26).

Percebe-se mais uma vez a relação da Geografia com a prática militar. É importante destacar que o termo “mesclado” acima citado expressa e reforça a pouca relevância do ensino de Geografia no período. Sendo somente durante a redemocratização do Brasil nos anos 80, que ela passou a ter novos rumos redefinidos por reformas curriculares estimuladas por fatores como migração da clientela escolar e as novas tecnologias de comunicação. Nesse contexto,

...mudanças passaram a ser consideradas e discutidas pelos diversos agentes educacionais preocupados em absorvê-las à organização e ao currículo escolar...iniciaram-se as discussões sobre o retorno da História e da Geografia ao currículo escolar a partir das séries iniciais de escolarização. (PCN, 1997, p. 28).

⁸ “A organização das propostas curriculares de Estudos Sociais em círculos concêntricos tinha como pressuposto que os estudos sobre a sociedade deveriam estar vinculados aos estágios de desenvolvimento psicológico do aluno, devendo, pois, partir do concreto ao abstrato em etapas sucessivas. Assim iniciava-se o estudo do mais próximo, a comunidade ou o bairro, indo sucessivamente ao mais distante, o município, o estado, o país, o mundo. Os conteúdos ordenados hierarquicamente deveriam respeitar a faixa etária do aluno, por isso a história do mundo não deveria ser ensinada na escola primária, por ser considerada distante e abstrata.” (PCN, 1997 P.26)

E atualmente é essa forma de organização que encontramos nas escolas de ensino básico, que, na maioria das vezes e por diversos motivos, também não se encontram comprometida com a transformação social possível, por meio da leitura do mundo e de um trabalho integral e consciente em sala de aula.

3. Das definições e objeto da Geografia.

Ao longo do tempo, a Geografia adquiriu inúmeras definições, que foram estabelecidas de acordo com o seu objeto do conhecimento e com as concepções que as permeavam em cada época.

Em geral, foi definida como estudo da superfície terrestre, como estudo da paisagem, da individualidade dos lugares ou geografia regional, como estudo do espaço e como estudo das relações entre o homem e o meio ou também conhecido como sociedade e natureza.

Embora diversas, tais definições não são as únicas, porém, as mais vistas e propagadas socialmente, inclusive nas salas de aula atuais. Elas se construíram de forma rígida, isolada, fragmentada e sem comunicação entre si. E todas se solidificaram na geografia tradicional, apoiada em fundamentos positivistas, pois “Os postulados do positivismo (aqui entendido como um conjunto das correntes não-dialéticas) vão ser o patamar sobre o qual se ergue o pensamento geográfico tradicional, dando-lhe unidade”. (MORAES, 1999, p. 21). Nessa perspectiva, a Geografia assumiu o papel de ciência empírica pautada na observação, na qual a filiação positivista não possibilitou que o conhecimento geográfico apreendesse de modo mais abrangente a realidade.

SOARES JÚNIOR (2006) realizou um estudo sobre a geografia escolar cujo objeto era a formação continuada do professor da rede pública das séries iniciais do ensino fundamental, e nele, verificou que as professoras ensinavam as lições de Geografia numa versão única, verdadeira e inquestionável aos conteúdos do livro didático e que a forma/conteúdo da aquisição dos conhecimentos geográficos mediado pelas professoras de 1ª a 4ª série se deu através de práticas pedagógicas vinculadas ao horizonte positivista da apreensão da realidade, cuja prática de ensino-aprendizagem de Geografia foi ancorada no discurso neutro. Será que essa prática vem se modificando

com as novas discussões propostas nos espaços de formação inicial ou continuada? Ou essas discussões não existem nesses espaços? Ou será ainda que o que se propõe nesses espaços é algo fora do contexto real da escola? Convém pensarmos.

4. A importância da Geografia no 1º ciclo.

A Geografia, diferentemente do saber estratégico e/ou desinteressado cujos fins são o domínio do poder de determinados grupos sobre outros, tem a sua importância social na transformação da realidade, sendo o saber geográfico uma arma desse processo. Porém, para isso é imprescindível realizar as leituras de mundo necessárias.

Ler o mundo é fundamental para que todos nós, que vivemos em sociedade, possamos exercer nossa cidadania. Precisamos aprender para viver, mas aprendendo a buscar a transformação capaz de tornar o espaço mais justo, pelo acesso aos bens do mundo e da vida: aprender a construir a cidadania. São palavras de CALLAI (2005) que refletem a função educativa da Geografia nos dias atuais. Ainda para a mesma, “Ler o mundo da vida, ler o espaço e compreender que as paisagens que podemos ver são resultado da vida em sociedade, dos homens na busca da sua sobrevivência e da satisfação das suas necessidades.” (p. 01). Esse é o papel da Geografia na escola, especialmente no processo de alfabetização. É importante esclarecer que não é honesto realizar a leitura das palavras sem antes realizar as leituras de mundo pertinentes à transformação. Para FREIRE (1995): “... a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra, e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele” (p. 20). Esse processo de apropriação da palavra e entendimento do mundo devem estar relacionados reciprocamente como arma de transformação social. E a escola é um dos espaços que deve propiciar as condições para que ela aconteça. Se a escola não trabalha para a transformação, a serviço de que, de quem e para que está trabalhando? Qual o seu papel na sociedade?

Através das aulas de Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental, podemos encontrar uma maneira interessante de conhecer o mundo, de nos reconhecermos como cidadãos e de sermos agentes atuantes na construção

do espaço em que vivemos. Nesse sentido, o ensino de Geografia deve se fazer presente em sala de aula nesse nível de ensino porque:

Desde o primeiro ciclo é importante que os alunos conheçam alguns procedimentos que fazem parte dos métodos de operar da geografia. Observar, descrever, representar e construir explicações são procedimentos que podem aprender a utilizar, mesmo que ainda a façam com pouca autonomia, necessitando da presença e orientação do professor. (PCN, 1997, p. 128).

E que portanto,

...privá-las de estabelecer hipóteses, observar, descrever, representar e construir suas explicações é uma prática que não condiz mais com o mundo atual e uma educação voltada para a cidadania. (STRAFORONI, 2001, p. 56-57 In CALLAI, 2005, p. 08).

Da mesma forma, ensinar às crianças apenas ler palavras por si só não garante a formação cidadã das mesmas. É preciso também, ao mesmo tempo, realizar a leitura do mundo, a leitura do espaço social que é físico, cultural, econômico, filosófico, psicológico e etc, construído e desconstruído ao mesmo tempo pelo ser humano e pela natureza. E isso só se torna possível com o diálogo entre todos os componentes, entre eles, é claro, a Geografia.

Logo, o ensino de Geografia, no primeiro ciclo do ensino fundamental, tem a sua importância reconhecida por possibilitar ao educando pensar e reconhecer o espaço que vive, compreendendo o mesmo como palco das ações humanas e da natureza, no qual faz parte e que, portanto não é neutro.

5. Dos procedimentos metodológicos

Para atender aos objetivos do estudo, realizamos entrevistas semi-estruturadas⁹ com o auxílio do gravador e de fita K-7 com 09 professoras do 1º ciclo, 03 coordenadoras pedagógicas e 03 dirigentes ou vice-dirigente escolar em 03 três escolas públicas da rede municipal, situadas em 03 das 06 Regiões Político-Administrativas (RPAs) do Recife. Seleccionadas primeiramente através de sorteio das RPAs, seguido do sorteio das escolas. O critério de seleção dos

⁹ que possibilita partir de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar da elaboração do conteúdo da pesquisa. (TRIVIÇOS, 1987, p.146 In COELHO, 2007, p. 05).

entrevistados, especialmente das professoras nas escolas, era que todas fossem efetivas. Em cada escola, foi entrevistada uma professora do 1º ano, uma do 2º ano e uma do 3º ano do 1º ciclo com suas respectivas coordenadoras pedagógicas e dirigentes ou vice-dirigentes. Também realizamos entrevista com a Gerente de ensino do 1º e 2º ciclos da rede municipal de ensino de Recife, totalizando 16 sujeitos. A escolha deveu-se a fato de serem estes, os agentes educacionais envolvidos nos encaminhamentos pedagógicos do ensino. O roteiro das entrevistas buscou coletar informações dos agentes sobre a Geografia no contexto escolar, especialmente em sala de aula. Também realizamos um questionário para coletarmos dados referentes à identificação dos agentes como formação inicial, ano de formação, tempo que leciona e cargos ocupados.

Após coletarmos os dados, os mesmos foram transcritos, organizados, selecionados, categorizados e analisados. Foram categorias de análise: definição da Geografia, importância de ensinar Geografia no 1º ciclo, posição da Geografia na distribuição dos componentes em sala, orientação para o ensino de Geografia, documentos utilizados no planejamento de aula e atividades envolvendo a Geografia como feiras de conhecimento e projetos desenvolvidos pelas escolas.

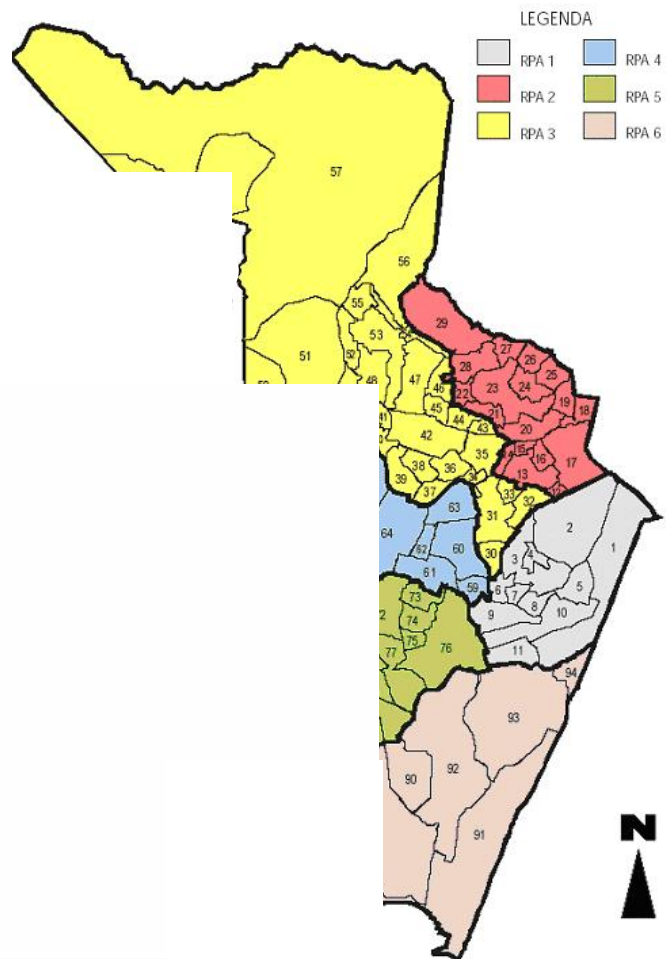
6. Caracterizando o espaço e os sujeitos da pesquisa.

A cidade do Recife e suas escolas atualmente encontram-se divididas geograficamente por seis Regiões Político-Administrativas (RPAs). No sorteio, ficaram sob nossa incumbência uma escola na RPA 1 (Centro), uma escola na RPA 3 (Nordeste) e uma escola na RPA 4 (Oeste). O mapa¹⁰ seguinte esclarece essa divisão:

¹⁰ <http://www.epidemiologia.ufpel.org.br/proesf/qualitativo/estudo%20de%20caso%202.doc>; Acesso em 05 de fevereiro de 2007.

RECIFE
Divisão em Regiões Político-Administrativas (RPA) e Bairros

1. Recife	43. Mangabeira
2. Santo Amaro	44. Alto José do Pinho
3. Boa Vista	45. Morro da Conceição
4. Soledade	46. Alto José Bonifácio
5. Santo Antonio	47. Vasco da Gama
6. Paissandu	48. Macaxeira
7. Ilha do Leite	49. Apipucos
8. Coelhos	50. Sítio dos Pintos
9. Ilha Joana Bezerra	51. Dois Irmãos
10. São José	52. Córrego do Jenipapo
11. Cabanga	53. Nova Descoberta
12. Torreão	54. Brejo do Beberibe
13. Encruzilhada	55. Brejo da Guabiraba
14. Rosarinho	56. Passarinho



Fonte: Projeto Municipal de Expansão de PSF – PROESF, 2003.

Situadas em comunidades que apresentam elevado índice de carência socioeconômico, as escolas apresentam estrutura física inadequada, com salas de aula pequenas, com pouca ventilação e iluminação além de estarem bastante cheias.

Em relação às características das professoras entrevistadas, buscamos analisar sua formação inicial, o ano de formação e o tempo total que leciona e verificamos que das 09 professoras entrevistadas nas RPAs (1, 3, e 4), 01 possui o Magistério de nível médio, 01 possui graduação em Economia Doméstica, 02 possuem graduação em Letras e 05 possuem graduação em Pedagogia, sendo 02 com Pós-graduação em nível de especialização e 01 com Pós-graduação em nível de mestrado. Todas com média de 18 anos de ensino e graduadas entre os anos de 1986 a 2002.

Relativo à caracterização das coordenadoras pedagógicas, buscamos analisar sua formação inicial, o ano de formação e cargos ocupados e

verificamos que das 03 coordenadoras pedagógicas entrevistadas, RPAs (1, 3 e 4) respectivamente, 01 possui graduação em Letras com Pós-graduação em nível de especialização, 01 possui graduação em Pedagogia e 01 possui graduação em Estudos Sociais. Todas graduadas entre os anos de 1980 a 1986. Apresentando-se como grupo mais heterogêneo e tendo todas já ocupado o cargo de professora.

Caracterizando as dirigentes ou vice-dirigentes escolares utilizando-se dos mesmos critérios de análise das coordenadoras, constatamos que das 03 dirigentes entrevistadas 02 possuem graduação em Pedagogia e 01 possui graduação em Letras. Todas graduadas entre os anos de 1992 a 2006 e tendo já ocupado o cargo de professora.

Por fim, caracterizando a gerente de ensino do 1º ciclo, utilizando-se também das mesmas análises das coordenadoras e dirigentes, pode-se verificar abaixo que a mesma é formada em Pedagogia em 1986, com Pós-graduação em nível de mestrado em 2004, tendo ocupado o cargo de Assessora de recursos humanos.

Em síntese, constata-se a homogeneidade dos agentes entrevistados onde 09 dos 16 sujeitos, são graduados em Pedagogia. Ressaltamos também que nenhum dos agentes possui formação em Geografia. Um fato importante que é preciso considerar é o período de formação acadêmica dos diversos agentes que se encontra predominantemente entre os anos 80 a 90. Período entre o fim da ditadura militar e da redemocratização do país. Um outro fato interessante foi encontrarmos entre os agentes uma coordenadora com formação em Estudos Sociais, que foi instalado em março de 1977, para atender a Resolução de novembro de 1971 do Conselho Federal de Educação, que fixou o conteúdo básico do currículo a nível nacional, segundo a Lei de nº 5.692/71.

7. A Proposta Pedagógica da Rede.

A Prefeitura da Cidade do Recife dispõe atualmente de um material denominado Proposta Pedagógica da Rede Municipal de ensino, que é um documento que como a mesma define, “se constitui um subsídio à reflexão e a ação do professor acerca do processo avaliativo e da elaboração do registro de

acompanhamento das aprendizagens e do desenvolvimento do aluno, tendo como referência as competências definidas para o percurso.” (2002, p.04). Elaborada no ano de 2002, a mesma se diz como “Resultado da discussão compartilhada entre professores, coordenadores, dirigentes, assessores e equipe técnico-pedagógica da rede municipal de ensino.” (p.04). E se encontra desde a sua elaboração em versão preliminar.

Documento de caráter oficial, a Proposta Pedagógica objetiva ser um subsídio à prática das professoras e demais agentes educacionais da rede. Nela, a Geografia, componente curricular contido na área de ciências Humanas e suas Tecnologias, juntamente com História, Introdução às Leis Trabalhistas (ILT) e Ensino Religioso, se “...constitui uma dimensão da ciência social, sem a qual as pessoas não conseguem analisar e interpretar a sua realidade existencial, para transformá-la.” (2002, p. 90). E enfatiza o Espaço geográfico como objeto de estudo da sociedade. Portanto, o ensino da Geografia, em sala de aula, é fundamental para que o educando se reconheça enquanto cidadão e agente atuante.

De acordo com a Proposta, por meio da Geografia devem ser desenvolvidas no educando as competências necessárias a sua formação. Seriam elas:

- Reconhecer o lugar como espaço vivido mediato e imediato na integração dos homens e mulheres com o mundo, estabelecendo relações de inclusão espacial.
- Situar-se no espaço geográfico, nas diversas escalas espaciais de referência; para se encontrar e atuar nos seus lugares de existência.
- Utilizar-se do conhecimento acerca do espaço geográfico e das diferentes formas espaciais; para posicionar-se e atuar nos processos de construção dos espaços urbano e rural.
- Analisar o espaço geográfico através das suas diversas formas de representação espacial; para interpretar o processo de organização territorial dos homens e mulheres no mundo, intervindo nesse processo.
- Reconhecer a delimitação das fronteiras dos territórios como uma manifestação das relações de poder no espaço, na busca de soluções para os conflitos socioterritoriais.

- Identificar as diversidades sócio-ambientais contidas nos diferentes nos diferentes espaços geográficos, contextualizando a questão ambiental; na busca da construção do desenvolvimento sustentável.
- Analisar as desigualdades sócio-espaciais; para entender os processos de segregação social e atuar na construção do espaço do cidadão.

Para o documento:

O trabalho com a idéia de competência traduz, de certa forma, o desejo de superar o modo de aprender fragmentando o conhecimento, o que geralmente ocorre nas chamadas disciplinas. A escola precisa formar sujeitos capazes de articular e relacionar os diferentes saberes, conhecimentos, atitudes e valores, construídos dentro e fora da escola, ou seja, formar sujeitos competentes. (2002, p. 07).

Porém, é possível que essas competências não estejam sendo desenvolvidas no educando no 1º ciclo de ensino como deveriam, sob vários argumentos.

8. A Geografia na representação dos diferentes agentes educacionais.

As análises dos dados coletados mostram que os agentes educacionais (professoras, coordenadoras pedagógicas, dirigentes e gerente de ensino) predominantemente definem a Geografia como sendo o estudo do Espaço geográfico. Para os mesmos, a criança precisa se situar no espaço em que vive. CAVALCANTI (1998) considera que “A função mais importante da geografia (...) é formar uma consciência espacial, um raciocínio geográfico.” (p.128).

Percebemos também que, para as entrevistadas, o espaço geográfico é o lugar onde vivemos, atuamos e transformamos e que todas apresentam como elementos fundamentais do seu estudo à localização da casa, da rua, do bairro e da cidade onde a criança mora. Como expressam abaixo:

“Eu tenho trabalhado geografia em relação à questão espacial, questão da comunidade, questão da vivência da criança, das proximidades, localização de ruas. Então a geografia que eu trabalho é essa”. (*Professora do 2º ano da RPA 1*)

“...eu acho que a geografia ela inclui o teu espaço na sociedade, o teu mundo, não só o espaço físico, mas a tua sobrevivência, a tua atuação dentro do espaço que você vive,

como você pode atuar, aonde você pode sair, aonde você pode crescer, o que você pode mudar...” (Coordenadora da RPA 4)

Apenas uma dirigente escolar menciona na sua definição a importância de relacionar esse componente curricular às demais áreas do conhecimento e levanta a relação desse conhecimento com as relações humanas e econômicas.

“A geografia é um conhecimento, é um campo de estudo que nos permite conhecer o espaço que agente vive. Não só o espaço geográfico, o espaço físico, mas também as relações humanas...as condições econômicas. Eu acho que é bem abrangente,...geralmente quando se fala em geografia às pessoas dizem que é o estudo da terra e tal, mas eu acho que vai muito além, eu acho que tá muito ligado também as outras disciplinas. A ciência, a própria matemática mesmo, a economia, e é isso aí, eu entendo geografia nessa visão assim bem geral.” (Dirigente, RPA 3)

Ressaltamos, também nas falas das professoras, o discurso de contextualizar o conhecimento geográfico ao cotidiano da criança. O que é importante, pois falar em geografia nas salas de aula parece ser algo muito longínquo visto que muitos educadores trabalham o além do espaço vivido (mediado), sem antes compreender o espaço local e fazer as suas ligações para que o educando possa ter noção do espaço o qual está inserido, e portanto se sinta membro do mesmo. Esta preocupação é algo que também está presente na fala da gerente de ensino quando diz:

“...a geografia no caso do primeiro e do segundo ciclo...é a geografia local, eu diria assim, é a relação que o sujeito faz da rua que ele mora, do espaço onde ele vive com os outros espaços, mas o que agente percebe que tem sido muito trabalhado na geografia é o contrário, você traz outros locais não é? Você estabelece a relação com a cidade, com o marco zero do Recife antigo e esquece de trabalhar o Ibura, por exemplo.”

Verificamos que o conhecimento geográfico na visão da gerente de ensino é algo que ainda vem se firmando em sala de aula. A mesma também diz que vem tentando construir, na rede, uma geografia na perspectiva de se trabalhar o local e depois o global. O que nos remete ao trabalho com os círculos concêntricos, e que, muitas vezes, o trabalho local é negligenciado em detrimento ao conteúdo do livro didático (comumente mais geral), o que pode estar interferindo no trabalho pedagógico das professoras em sala de aula, pois para a grande maioria, o livro didático é ainda o principal e, às vezes, o único recurso utilizado no planejamento de aula, o que pode acarretar o uso de práticas reducionistas em sala de aula. É preciso entender que trabalhar de

uma maneira contextualizada não significa reduzir o processo de ensino-aprendizagem apenas ao entorno do aluno, suas experiências e vivências.

Devemos considerar os conhecimentos prévios das crianças, porque é de extrema importância para o desenvolvimento de competências, que ampliem o seu conhecimento inicial empírico. No entanto, devemos ajudá-la a compreender mais amplamente o conhecimento, para que elas possam realmente se integrar na sociedade tendo um posicionamento ativo frente à mesma.

É importante saber que o educando ao entrar na escola já traz consigo uma bagagem do espaço vivido e socialmente construído, e que, portanto ele não é neutro. Aliás, de acordo com Callai, o primeiro contato entre espaço e a criança acontece mesmo antes do seu nascer, ainda no ventre de sua mãe, primeiro espaço ocupado por ela. E assim, continua nos seus primeiros meses e anos de vida, no seu espaço de convivência fora do ventre, até chegar ao espaço escolar. E ainda, de acordo com ALMEIDA E PASSINI (2004): “Desde os primeiros meses de vida do ser humano delineiam-se as impressões e percepções referentes ao domínio espacial, as quais desenvolvem-se através de suas interação com o meio.”(p.11)

Se os professores polivalentes (Pedagogos), concordando com RESENDE (1986), considerassem os saberes que os educandos adquirem nas suas práticas espaciais cotidianas, integrando-os com os saberes científicos da Geografia escolar, a prática de ensino nas escolas em torno desse componente curricular, especialmente no primeiro ciclo de ensino, avançaria bastante. E é possível que a geografia se tornasse um componente fundamental em sala de aula.

Perguntadas sobre a importância de ensinar Geografia no 1º ciclo de ensino, todos os agentes foram unânimes em afirmar que a Geografia é um componente curricular importante e não apenas no 1º ciclo do ensino fundamental mas desde a educação infantil, e que é preciso trabalhá-la desde pequenininho (grupo IV e V) pelo fato de que as crianças precisam aprender desde cedo a se localizar onde mora, ler mapas, ser um cidadão etc. O que reforça mais uma vez o estudo do espaço. Para a professora que se segue, ensinar Geografia no 1º ciclo é importante

“...pra que a criança vá se situando desde pequena como cidadão, como um agente atuante, como um agente participativo dentro daquele espaço geográfico que começa na casa dele, na comunidade e vai adentrando mais e mais, porque honestamente você não pode se dizer cidadão se você não sabe dizer qual é a capital que moram, quais são os rios que corta sua cidade, qual é o relevo, a planície, se você não tem esse conhecimento...” *(Professora do 3º ano da RPA 3)*

Como se pode perceber, a questão da cidadania, a criança enquanto cidadão pertencente a um determinado espaço, ou seja, o sentimento de pertencimento nesse espaço também é algo que está bastante presente no argumento dos agentes. E os próprios Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia (1997) enfatizam:

Desde as primeiras etapas de escolaridade, o ensino de geografia pode e deve ter como objetivo mostrar ao aluno que cidadania é também o sentido de pertencer a uma realidade na qual as relações entre a sociedade e a natureza formam um todo integrado – constantemente em transformação – do qual ele faz parte e, portanto, precisa conhecer e sentir-se como membro participante, afetivamente ligado, responsável e comprometido historicamente. (p.113)

Também pudemos perceber o quanto as respostas, especialmente das professoras, estavam muito atreladas aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). O que, ao nosso entender, reflete certa preocupação dos agentes educacionais em estarem adequando suas práticas cotidianas fundamentados nesse documento.

De acordo com a distribuição dos componentes curriculares realizados pelos agentes em sala de aula, foi possível confirmar que todos consideram Português (alfabetização) e Matemática, prioridades na distribuição dos conteúdos, e que predominantemente seguem-se Ciências, História, Geografia e Artes. Como justifica a professora seguinte:

“Nós colocamos, mais português e matemática. Eu me baseio mais nessas duas matérias porque é o que eles mais precisam no dia a dia. Embora no segundo momento a gente já vá pra ciências, história, geografia, no assunto mais no nível de pintura. Mas o principal é português e matemática, tanto eu e como todos os professores aqui a gente bate mais nisso pras crianças poderem se fixar na leitura, na escrita e nas continhas.” *(Professora do 1º ano da RPA 2)*

A própria gerente de ensino já buscou junto aos coordenadores pedagógicos, que segundo ela são os formadores e os tutores, realizar um levantamento dos componentes mais trabalhados em sala de aula pelas

professoras. Ela, com base numa amostragem¹¹ realizada pela Prefeitura em 2005, verificou que os componentes curriculares predominantes em sala de aula foram Português e Matemática, seguido de Artes, História, Geografia e Ciências. Assim nos diz:

“Olhe, a tendência do 1º e 2º ciclos tem sido nesses muitos anos, eu acho que há muito tempo, a perpetuação da característica do português e da matemática, que é você ter a questão lógica cognitiva e a questão da língua. Essa tem sido a tendência na escola e ela é muito forte...em seguida veio artes, depois história e geografia e ciências, de alguma forma eu acho que em outros momentos elas nem apareceriam...Eu acho que alguns anos atrás se perguntássemos era só português e matemática.” (*Gerente de ensino*).

Por meio desta amostragem, foi estabelecida uma formação continuada na rede e, segundo a própria gerente, em 2006, já se trabalhou, nas formações, a Alfabetização e a Matemática. Segundo a mesma, o trabalho com língua portuguesa e matemática no cotidiano da escola, chamado Pró-letramento em rede já fica o ano inteiro na escola sendo que Artes foi inserida esse ano (2006), ganhando o espaço de dezesseis horas de Artes. Em 2007 entra com História e Geografia e em 2008 pretende fazer algo mais com Ciência mas trabalhando na perspectiva laboratorial. Por sua vez a gerente de ensino reconhece:

“...a geografia ela realmente não é tão trabalhada assim. Não tão trabalhada como deveria, não existe esse equilíbrio. Porque ele só vai existir quando nós compreendermos que você pode trabalhar, exercitar a língua trabalhando geografia, exercitar a língua trabalhando história...Nós ainda estamos naquela relação disciplinar: hoje é geografia, amanhã é história...continuamos num patamar de dizer que o conhecimento ele tem que ser por área...então é muito nessa perspectiva, a gente não consegue comunicar ainda uma área com outra área. Da pra você fazer as duas coisas se apropriar de vários conhecimentos, da informação, do exercício da língua e da formação que são os conceitos, que tem que ser criado e que as crianças desenvolve na escola.” (*Gerente de ensino*)

Confirmando a hipótese de que a Geografia de fato é um componente curricular negligenciado pelos agentes educacionais em sala de aula, em relação aos demais, uma vez que se encontra na fala da maioria dos agentes na posição de penúltimo componente trabalhado em sala de aula, e desconstruindo a hipótese de que os agentes educacionais desconhecem o potencial da Geografia para desenvolver a leitura de mundo na criança, por meio da leitura do Espaço, que conduz à cidadania, ainda assim os agentes

¹¹ No entanto é preciso analisar os critérios da referida amostragem para respostas mais conclusivas.

argumentam que a necessidade de alfabetizar a criança na leitura e na escrita é mais urgente, pois o grande problema nas escolas da rede municipal no 1º ciclo é a não apropriação, por parte das crianças, do sistema de escrita alfabética, isso para elas, inviabiliza consideravelmente o trabalho com outros componentes curriculares diferentes de Português e Matemática em sala de aula. Uma vez que para os agentes a alfabetização não pode ser realizada juntamente com a Geografia. Explica as professoras:

“...como a minha turma é uma turma onde há retenção. É a primeira turma do ciclo que se retêm eu estou priorizando matemática e língua portuguesa, linguagem, porque eles precisam ainda ser alfabetizados. Aí a geografia é vista através de projetos, através de outras finalidades mais assim a principal é matemática e mais ainda o português porque eles não estão alfabetizados.” *(Professora do 2º ano da RPA 1)*

“No 1º ciclo geografia é um componente curricular que eu não me prendo muito. Não é que as competências não sejam necessárias, mas eu tenho que alfabetizá-los mesmo! Na questão do ler, escrever, interpretar. Então às vezes eu trago alguns textos simpleszinhos de geografia voltados pra língua portuguesa...e também matemática.” *(Professora do 1º ano da RPA 3)*

Ou seja, a distribuição dos componentes curriculares em sala de aula é realizada pelas professoras de acordo com a necessidade da turma. Pelo menos, esse é o argumento predominante. Elas têm o apoio da escola, pois as dirigentes e as coordenadoras entrevistadas concordam que a distribuição seja realizada de acordo com a realidade de cada sala. Uma coordenadora pedagógica argumenta:

“A distribuição é feita de acordo com a necessidade de cada sala. Cada professor, ele se distribui de acordo com o que ele vê que é necessário. Existe uma carga horária, distribuição de disciplinas, mas nós não seguimos. A gente segue a necessidade de cada um. Cada sala tem uma realidade, cada um tem uma necessidade. Então isso é muito relativo.” *(Coordenadora da RPA 4)*

Diferentemente da coordenadora da RPA 4, a gerente de ensino discorda e critica o fato de se priorizar em sala de aula o componente curricular Língua Portuguesa se utilizando do argumento da alfabetização e negligenciar os demais componentes.

"Eu acho que você trabalhar língua portuguesa, dizendo o tempo todo que ela tem que ser contextualizada, que tem que estabelecer a relação do letramento, mas como é que você vai contextualizar e estabelecer relações se você não trabalha outras áreas? Isso é que vai dar sentido ao conhecimento, a língua é pra você agilizar questões históricas, relação do sujeito com a sociedade e a história, a geografia e a arte que comunica isso. O sentido da língua quem dá são essas outras áreas entendeu? Ela não é conhecimento em si pra si, ela é conhecimento pra que você dê sentido ao que você fala, ao que você compreende, então eu acho que ta faltando isso, então não adianta você dizer: não

vamos estudar letramento na perspectiva da língua! Hora, letramento! Quem dá o sentido da língua é o que eu sei de história, o que eu comunico, que ando, que me localizo. Então tem que trazer isso, não pode ser assim letramento por letramento. Então a lingüística traz essa temática mas ela esquece que tem que comunicar com essas outras áreas do conhecimento. Então é um pouco isso, é essa relação que agente tá tentando estabelecer em termo de rede.” (*Gerente de ensino*)

CISESKI e ROMÃO (2001) chamam a atenção para o fato de que:

...A forma como a escola organiza seu tempo – ...distribuição das aulas...do tempo reservado a cada área do conhecimento...também ensinam algo as alunas e aos alunos...Querendo ou não, a prática cotidiana, os atos do dia-a-dia contribuem pra reforçar ou superar determinadas formas de agir e pensar que poderão contribuir para reforçar ou superar determinado tipo de sociedade. É necessário que educadores tenham consciência de sua prática e saibam a serviço de que projeto de sociedade ele está. O conteúdo com o qual a escola trabalha e a prática que adota estão contribuindo para formar que tipo de ser humano? Pra viver em que sociedade? (p. 66).

Diante desse contexto, é importante pensarmos: Será que só podemos alfabetizar a criança através da língua portuguesa? Será que as crianças mesmo ainda não tendo se apropriado do sistema de escrita alfabética, não são capazes de ler o espaço em que vivem?

Quando indagadas, sobre se seguem alguma orientação para distribuir os componentes em sala de aula, dizem:

“...tem os encontros da rede, as capacitações. Nelas é sempre enfatizado, principalmente as áreas de matemática e português, cada ano se trabalhou um tema, uma área específica, então é dentro dessa área que temos uma determinada orientação para trabalhar e a gente tem que seguir é...o que é oferecido mas, independente desse esquema de trabalho vamos criando, adaptando.” (*Professora do 2º ano da RPA 3*)

“Bem, nós temos a formação continuada que sempre participamos, tem a própria experiência nossa, tem as competências instituída pela Secretaria de Educação da rede, e ainda temos uma coordenadora pedagógica também que nos auxilia.” (*Professora do 1º ano da RPA 3*)

“Não tem nenhuma orientação. A escola é autônoma nesse ponto de decidir como é que vai ser dada as disciplinas dentro de sala de aula.” (*Diretora da RPA 1*)

Podemos encontrar entre a distribuição e a orientação dos componentes, um ponto comum: a autonomia, outro argumento que reforça a justificativa das prioridades em sala de aula além da alfabetização. Porém, de acordo com as falas entendemos que há sim, mesmo que sutilmente, uma orientação da rede através das formações continuadas, que consciente ou inconscientemente, é indutora do trabalho pedagógico em sala de aula, que é repassada as professoras pelas coordenadoras pedagógicas, contudo, que na

maioria das vezes não é seguida pelos agentes. A própria gerente de ensino reconhece:

“É como eu te disse, nós estamos seguindo em termos de formação continuada, na escola isso não se dá, se dá dependendo do que é estabelecido na escola. O que temos percebido é como eu lhe disse dessas outras áreas elas vêm sendo muito trazida pra gente mais visível através dos projetos.”

E acrescenta:

“A orientação que estamos estabelecendo é justamente através da formação que estamos inserindo o próximo ano (2007), mas...nós não vemos muita solicitação das escolas pra trabalhar geografia...a gente tinha uma equipe pedagógica até esse ano (2006), que tinha algumas pessoas especialistas que trabalhavam em geografia. Essa organização já não vai mais existir, mas ela tinha! E você não percebe uma demanda muito grande de solicitação...” (*Gerente de ensino*)

Resta-nos saber que tipo de orientação especificamente é passada nas formações e porque não é seguida especialmente pelas professoras.

Procurando levantar quais os documentos mais utilizados para orientar o planejamento das aulas das professoras, descobrimos que a Proposta Pedagógica da Rede é o documento predominante mais utilizado pelos agentes. Embora também seja muito citado os PCNs. Assim uma professora nos diz ao ser questionada sobre qual documento utiliza no seu planejamento:

“É a proposta da rede. Isso é o que é assim recorrido como modelo, só que os professores também trazem seus materiais de acordo com as propostas que elas acreditam e de acordo com as posturas do mesmo”. (*Professora do 2º ano da RPA 4*).

A gerente de ensino explica que a Proposta Pedagógica é o documento que deve ser utilizado pelas professoras ao falar:

“...nós temos uma proposta pedagógica curricular preliminar que vem desde 2002. Essa proposta tá na rede, embora saibamos que ela precisa de muita coisa ainda pra que nós possamos construir algo que possamos chamar de um currículo mais vivo, mas ela é o que tá na rede hoje, então o professor que esta em sala e o professor que for concursado hoje, é a preliminar que agente vai entregar porque é o que existe de referência na rede. Tem professores que dizem: não, vamos pegar os PCNs e trabalhar. O nosso documento não é o PCN, é essa proposta preliminar, então é o que o professor recebe é isso que tá estabelecido pra ele trabalhar como referência.”

Além da Proposta Pedagógica da Rede, as professoras se baseiam nos conteúdos trazidos na caderneta extraída da própria Proposta Pedagógica. Notamos que o planejamento das professoras está muito baseado nas competências trazidas em suas cadernetas e que apesar de parecer uma coisa

indutora, as mesmas dizem “adaptá-las” ao ciclo trabalhado e que o livro didático enquanto recurso didático utilizado em sala de aula é considerado por algumas professoras como documento.

O que nos chama atenção em relação à Proposta da rede é que ela parece ser um documento de pouca credibilidade entre as professoras, embora digam utilizá-la. Como é possível novamente confirmar na fala da professora do 2º ano da RPA 4 acima citada.

As atividades desenvolvidas no âmbito da escola, como feira do conhecimento, são os momentos em que o componente Geografia, segundo a maioria dos agentes educacionais, ganha seu espaço, pois para os mesmos, Língua Portuguesa, Matemática e Ciências, componentes mais trabalhados no dia-a-dia da sala de aula, no momento das feiras de conhecimento¹² saem de cena e abrem espaço para a geografia e os demais componentes geralmente negligenciados durante todo o ano. A gerente de ensino se preocupa e critica as escolas dizendo:

“Veja, o que agente sente na feira, e que apesar de agente saber que os componentes matemática e língua portuguesa são componentes mais trabalhados nas salas de aula, nos momentos da feira de conhecimento é que as pessoas passam a trabalhar os outros componentes porque é como eu te disse, quando você chega no significado pra mostrar e concretizar você tem que recorrer à ciência, a geografia e de um certa forma a história e a arte, então o que é que agente percebe? Que acontece o inverso! Por isso o que agente critica muito na feira é que as pessoas trabalham para a feira. Quando a feira deveria ser algo mais socializador do que se já se vem trabalhando, do que a escola produziu, do que os alunos produziram durante o ano.”

Os projetos didáticos por sua vez quando são desenvolvidos pelas escolas, diferentemente do que alguns agentes dizem, são mais direcionados para questões do meio ambiente e artes onde a Geografia é contemplada superficialmente, quando ela é trabalhada. Como nos diz uma coordenadora pedagógica quando questionada se sua escola já desenvolveu ou esta desenvolvendo algum projeto voltado para geografia:

“Pelos menos aqui na escola pra geografia não. E não existe nenhuma outra atividade pra geografia...Em ciências é fácil trabalhar geografia ligada com reciclagem, assim o trabalho fica mais fácil. Os projetos são voltados mais pra ciências...Mesmo durante o curso acadêmico não foi trabalhada a geografia como, por exemplo, não se é trabalhada a deficiência visual. Nós não somos treinados pra trabalhar com isso, inclusive com a geografia. Aí a gente não pode fazer com que o aluno aprenda. Tem que ter uma sala

¹² Os temas a serem trabalhados na feira do conhecimento são estabelecidos pela própria Rede do Recife. A Rede (segundo a Gerente de ensino) tem a proposta de antecipar os temas para ver se as escolas fazem um trabalho anual e não somente para a feira.

com pessoas capacitadas pra isso. A questão é formação! Tem que ter um professor preparado para atender as necessidades dos alunos..." (Coordenadora da RPA 3).

É importante dizer que uma das propostas da Rede tem sido o trabalho interdisciplinar na sala de aula, nas feiras e nos projetos. Mas como trabalhar a interdisciplinaridade em sala de aula se é enfatizado apenas Língua Portuguesa e Matemática? Segundo uma das coordenadoras pedagógicas:

"Nós temos uma carga horária, um tempo maior para português e matemática e agente também prioriza as outras disciplinas. A geografia, a história, as artes e as ciências. Porém como o nosso trabalho é muito baseado na interdisciplinaridade, o trabalho interdisciplinar ele não segue tão rigidamente a questão do tempo pra português, matemática ou ciências. Nós costumamos ter um planejamento para atender a cada disciplina, a cada área do conhecimento. Porém ele é variável, ele é flexível uma vez que agente trabalha a interdisciplinaridade." (Coordenadora da RPA 1)

Para a gerente de ensino, a interdisciplinaridade é comunicar as diversas áreas do conhecimento. Ela cita as condições mais favoráveis do professor polivalente para este trabalho:

"Nós do polivalente (pedagogos) temos mais possibilidade pra isso "hoje", eu acho que o que precisa ter mais é competência pra que a gente faça isso. A forma como tá organizado o fundamental dois (5º a 8º) eu acho que é mais limitado, mas isso não impede de também você ter professores com formação bem mais pedagógica, que é o que poucos fazem e dão valor, mas se tivessem essa formação eles fariam essa ponte."

Porém, o que notamos, durante a realização das entrevistas, é que muitos educadores têm dificuldade em se adequar a proposta interdisciplinar por causa das limitações alfabéticas das próprias crianças.

A interdisciplinaridade na escola, ainda que não esteja concretizada em sala de aula, aparece como um avanço nas falas dos agentes. O que está faltando é a consciência de que quando deixamos de trabalhar as diversas áreas do conhecimento e priorizamos algumas, deixamos de avançar em direção a aproximação da totalidade do conhecimento. Além do que fazemos com que os educadores se apoiem no conhecimento "particular", ou seja, pautado na idéia de que cada componente curricular é explicado por si só, isolado dos demais, dando margem para saberes fragmentados sem comunicação entre si.

O que queremos dizer é que priorizando apenas determinados componentes, corremos o risco de estarmos negligenciando informações imprescindíveis de outras áreas do conhecimento necessárias a uma

compreensão mais total da realidade. A fragmentação do conhecimento constitui o inverso e, portanto, não podemos falar em interdisciplinaridade.

Em suma, o trabalho interdisciplinar é fundamental para que se alcance essa compreensão. Para que se chegue a um ensino onde a geografia seja de fato contemplada devidamente.

9. Considerações finais

A Geografia no 1º ciclo do ensino fundamental, na perspectiva das professoras, coordenadoras pedagógicas, dirigentes escolares e gerente de ensino entrevistadas, é uma Geografia tradicionalmente ligada ao Espaço, pautada nos círculos concêntricos e importante para formação cidadã da criança e no seu sentimento de pertencimento no espaço em que vive desde a educação infantil. Incoerentemente, esse componente curricular encontra-se em posição pouco importante em relação a Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e História, especialmente no tempo dedicado ao seu ensino em sala de aula. Essa situação encontra-se alicerçada no argumento da incapacidade da criança de aprender a geografia devido ao fato das mesmas ainda não saberem nem ler e nem escrever, o que nos leva a refletir sobre a dificuldade de se trabalhar a alfabetização através de outras áreas do conhecimento.

No que tange as orientações, que a rede promove através das formações continuadas, os diversos agentes educacionais, e em especial as professoras, parecem parcialmente descartá-las, quando se usa de sua “autonomia” exercida em sala de aula e que é apoiada pelas dirigentes e coordenadoras escolares. Até mesmo documentos oficiais como a Proposta Pedagógica da Rede e os Parâmetros Curriculares Nacionais utilizados pelas professoras e demais agentes educacionais no planejamento das aulas, não parecem contribuir para que o trabalho com a geografia em sala de aula aconteça verdadeiramente e seja mais significativo. Pois sua utilidade se restringe, para maioria dos agentes, em justificar as suas escolhas em sala de aula.

Reforçando as incoerências, não percebemos que as escolas promovem atividades envolvendo a Geografia nas feiras de conhecimento, apesar de se dizer que as feiras são mais propícias para esse tipo de atividade. Essa

situação é constatada também através dos projetos didáticos que não contemplam ou ainda contemplam superficialmente a Geografia. Ressaltamos que embora o discurso da interdisciplinaridade esteja presente na fala dos agentes educacionais para justificar a inclusão da Geografia com outros componentes no trabalho em sala de aula, o simples fato de priorizar determinados componentes e negligenciar a Geografia descaracteriza a proposta do trabalho interdisciplinar.

Portanto, a Geografia é de fato um componente curricular negligenciado em relação a Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e História, apesar de os agentes educacionais reconhecerem a importância desse conhecimento para formação da criança.

Reconhecemos, contudo, a clareza da gerência de ensino em relação a situação da Geografia nas salas de aula no 1º ciclo e o seu esforço na tentativa de dar um novo direcionamento ao ensino por meio das formações continuadas, que estão previstas para acontecer agora em 2007. Entendemos que é possível alfabetizar a criança não apenas através da língua portuguesa, mas através da leitura de mundo por meio da leitura do seu espaço, que antecede a leitura da palavra e que unidas geram cidadania, que por sua vez gera transformação social. Mas, para isso, é importante estar aberto a transformação, nos permitindo dar um passo a frente em nossa prática escolar cotidiana, para então sairmos do lugar onde nos encontramos.

10. Referências bibliográficas

ALMEIDA R, D e PASSINI, E. Y. *O espaço Geográfico: Ensino e Representação*. 13ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: história, geografia*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CALLAI, E. C. "A articulação teoria-prática na formação do professor de geografia". In: SILVA, A. M. M; MACHADO, L. B; MELO, M. M O e AGUIAR, M. C. C. (orgs.). *Educação formal e não formal, processos formativos e saberes pedagógicos: desafios para inclusão social*. XIII ENDIPE, Recife, UFPE, 2006.

_____. *Aprendendo a ler o mundo: A geografia nos anos iniciais do ensino fundamental*. cad. Cedes, Campinas, vol.25, n. 66, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 25 out. 2006. p. 08.

CAVALCANTI, L. S. "Geografia escolar na formação e prática docentes: o professor e seu conhecimento geográfico". In: SILVA, A. M. M; MACHADO, L. B; MELO, M. M O e AGUIAR, M. C. C. (Orgs.). *Educação formal e não formal, processos formativos e saberes pedagógicos: desafios para inclusão social*. ENDIPE, Recife, UFPE, v.1, 2006.

CISESKI, A. A e ROMÃO, J. E. "Conselhos de escola: coletivos instituintes da escola cidadã". In: GADOTTI, M. e ROMÃO, J. E. (Orgs.). *Autonomia da escola: princípios e propostas (Guia da escola cidadã)*. 4ª ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.

COELHO, M. L. *A evasão nos cursos de formação continuada de professores universitários na modalidade de educação a distância via Internet*. UFMG, 2007. Disponível em: <http://www.abed.org.br> Acesso em: 27 Fev. 2007. p. 05.

FREIRE, P. *A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam*. 31ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

LACOSTE, Y. *A geografia - Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 4ª ed, São Paulo: Papirus, 1997.

MORAES, A. C. R. *Geografia: pequena história crítica*. 17ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

RECIFE, Secretaria de Educação. *Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino: construindo competências*. Versão Preliminar, Recife, 2002.

RESENDE, M. S. *A geografia do aluno trabalhador: caminhos para a prática de ensino de geografia*. São Paulo: Loyola, 1986.

SOARES JÚNIOR, F. C. *Formação continuada do professor: Geografia escolar, currículo e memória*. Anais do XIII ENDIPE, Recife-PE, UFPE, 2006.